



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER FAVORÁVEL Nº 161/2021

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 0326/2021

RELATOR: GIL MAGNO

Ementa: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO SITE OFICIAL DA COMPANHIA PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES CPTRANS.

I – INTRODUÇÃO

Trata-se de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação acerca do Projeto de Lei de autoria do Ilmo. Vereador Marcelo Lessa que “dispõe sobre a obrigatoriedade de informações no Portal da Transparência do site oficial da companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (Cptrans)”.

O Projeto visa trazer transparência às ações da companhia no que concerne às multas aplicadas, quantidade de recursos e valores arrecadados.

II – FUNDAMENTO

Para análise de tal propositura, cabe considerar a Lei Federal número 12.527/2011 (Lei da transparência) e entender que a transparência, princípio fundamental para a garantia do Estado Democrático de Direito, conforme assegura a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, depende de fiscalização. Inclusive, conforme o artigo 67 da Lei orgânica municipal:

Art. 67. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder, instituídos por lei.

Ademais, de acordo com o artigo 31 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Nesse sentido, é bastante pertinente que seja proposição dessa casa, um Projeto de Lei que cumpra o papel de proporcionar transparência. No presente caso, a Câmara comporta-se como fiscalizadora do órgão mencionado, a Cptrans.

III – CONCLUSÃO / PARECER DAS COMISSÕES

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (vogal) manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação do presente Projeto de Lei.

DR. MAURO PERALTA
Vogal

YURI MOURA
Vogal